

Da Sentença de Improcedência Liminar (Art. 285-A do CPC)

**Natacha Nascimento Gomes Tostes
Gonçalves de Oliveira**

Juíza de Direito do TJ/RJ. Juíza Diretora Executiva da 9ª Regional da AMAERJ. Juíza Representante do XII Núcleo da EMERJ. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professora de Direito Processual Civil da Unigranrio.

1 - DA CELERIDADE PROCESSUAL

Com a inserção, no art. 5º da Magna Carta¹ do inciso LXXVIII, trazendo para o texto constitucional garantia já prevista nas Declarações Internacionais de Direitos Humanos, inclusive na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, subscrita em 22 de novembro de 1969, em San Jose, na Costa Rica, que faz menção, em seu art. 8º, item I² da garantia de duração do processo dentro de tempo razoável, vem o legislador nacional reformista buscando meios legislativos para a concretização da garantia da duração do processo dentro de um tempo razoável, uma vez que o próprio texto constitucional determina a adoção de medidas que garantam a celeridade da tramitação do feito.

¹ Art. 5º, inciso LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

² Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e *dentro de um prazo razoável*, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos e obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza. (art. 8º, item I do Pacto de San Jose da Costa Rica, grifo nosso).

A questão da celeridade da tramitação dos feitos é preocupação concreta, até porque efetivamente se reconhece que "o maior problema da Justiça é a lentidão"³. Não se imagine, porém, que o problema da lentidão da Justiça seja uma questão exclusivamente nacional. Ao contrário, trata-se de questão recorrente, inclusive nos países europeus, sendo certo que freqüentemente a França é censurada pela Corte de Haia pela morosidade no trâmite processual.⁴

Foi dentro do objetivo de inserir no direito brasileiro mecanismos para garantir a celeridade processual que foram levadas a cabo as reformas processuais de 1994, 1998, 2001/2002, e, agora, as reformas de 2005 e 2006, com a edição das Leis 11.187/05, 11.232/05, 11.276/06, 11.277/06, 11.280/06 e 11.341/06.

2 - DO DISPOSITIVO DO ART. 285-A DO CPC

Talvez o mais polêmico dos dispositivos trazidos pelas reformas processuais seja o novel art. 285-A do CPC, inserido no CPC pela Lei 11.277 de 2006, em vigor desde maio de 2006, que possibilita ao juiz o indeferimento da inicial, com julgamento liminar da improcedência do pedido, em se tratando de caso idêntico a outros que foram, pelo juízo, julgados improcedentes.

Inicialmente, parece haver equívoco na localização do dispositivo, que ficou "perdido" entre artigos que fazem menção a pedido dentro do sistema processual. Melhor teria sido sua colocação como art. 295-A, ou 296-A do CPC, no tópico, assim, que trata do indeferimento da inicial.

O dispositivo, que acirra discussões entre os processualistas, recebeu a seguinte redação:

Art. 285-A. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

³ VELLOSO, Caio Mário da Silva. "O Poder Judiciário e a Súmula Vinculante", conferência magna proferida na EMERJ em 06.02.98, *REVISTA DA EMERJ*, v. 02, nº. 5, Rio de Janeiro: EMERJ, 1999, p. 23.

⁴ CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Tempo e processo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 91.

Cuida-se, como já acentuado, de mais uma norma inserida no ordenamento jurídico em busca da celeridade processual, até em razão da necessidade de garantia da duração do processo em tempo razoável ter sido erigida à categoria de garantia fundamental pela EC 45/04 (art. 5º, inciso LXXVIII, CF⁵), e, tratando-se de obrigação referente à atividade judiciária do Estado, seu descumprimento é suscetível de gerar obrigação de indenizar, inclusive sob o aspecto da responsabilidade objetiva, prevista no art. 37, § 6º da Carta Magna. É que não se trata, aqui, de ato judicial típico, mas da atividade-meio do Poder Judiciário. A atividade-fim é a prestação jurisdicional, mas seu desenvolvimento, o atendimento aos litigantes, e no caso em comento, o *prazo de duração do feito, até a entrega do provimento final*, insere-se na atividade-meio, denominada de atividade judiciária, nada sendo diferenciada, assim, das demais atividades prestadas pelo Estado, donde a perfeita adequação à previsão de responsabilidade por descumprimento através da aplicação do art. 37, § 6º da Magna Carta.

Um dos grandes obstáculos à célere prestação jurisdicional são as chamadas ações repetitivas, que se multiplicam em centenas ou milhares pelos Tribunais. Pode-se pensar, à guisa de exemplo, na edição de uma lei, ou na adoção de um plano econômico, que supostamente venha a ofender direitos de toda uma categoria. Pouco tempo depois, ingressam em juízo, visando à obtenção de decisão de acerto a respeito da aplicabilidade ou não da norma, seus efeitos, eventuais aspectos pecuniários, dentre outros, de uma miríade de ações, onde o único elemento diferenciador é o nome do autor.

Em verdade, cuida-se de caso onde seria preferível o manejo de ações coletivas, mas como estas não são obrigatórias, até porque feririam o direito constitucional de acesso à justiça, multiplicam-se no Judiciário as ações individuais, cujas iniciais são verdadeiros formulários, apenas alterado o nome do postulante.

Tais ações assoberbam o Judiciário, e, antes da medida trazida a lume pela Lei 11.277/06, mesmo depois de no juízo já terem sido

⁵ Vide nota 1.

prolatadas diversas sentenças afastando o cabimento da pretensão do autor, as ainda não julgadas, e as que continuavam sendo ajuizadas, tinham de seguir todo o iter procedimental, citando-se o réu e cumprindo-se todos os atos processuais, até a sentença final, cujo teor de todos já era previamente conhecido.

Instituía-se, assim, o chamado processo "troca de papel". A inicial vem redigida na forma de formulário, assim como a contestação, a réplica, os memoriais, os recursos e as contra-razões recursais. As próprias decisões judiciais traziam os mesmos fundamentos, posto que os casos são idênticos, com alteração apenas do nome do autor.

Daí a necessidade de adoção de sistema que permita decidir-se, no nascedouro, tais lides, eis que as mesmas estão, desde o nascedouro, fadadas ao insucesso, mas, antes da norma do art. 285-A, causavam verdadeiro "engarrafamento" no Judiciário, arrastando-se nas serventias, servindo de desgaste inútil aos litigantes, e trazendo prejuízo àqueles que aguardavam com lide que efetivamente demandava conhecimento específico de caso concreto não repetitivo, e que ficavam aguardando meses a fio, na fila dos processos, precedida pelas ações repetitivas que haviam sido anteriormente ajuzadas.

A prática de indeferimento liminar da inicial, com o afastamento meritório da pretensão autoral, foi positivada através do artigo ora inserido no ordenamento jurídico, mas já era adotada, com relativa frequência, no âmbito da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde se multiplicam os processos idênticos e ações repetitivas.

Alguns processualistas aduzem que a possibilidade do art. 285-A do CPC é a contrapartida da antecipação de tutela. Quando o direito do autor é reconhecido como bom e digno de ser atendido desde logo, pode, e deve, o julgador antecipar os efeitos do provimento meritório, na forma do art. 273 do Diploma Processual, evitando que o autor tenha de aguardar até julgamento final para haver sua pretensão, com desnecessário dispêndio de tempo e energia.⁶

⁶ ZEFIRO, Gabriel. "Seminário sobre a Reforma do Código de Processo Civil", 2006, Rio de Janeiro, disponível em gravação em fitas VHS e DVD na videoteca da EMERJ, Rio de Janeiro.

Doravante, se para os autores com direito a ser atendido de forma pré-reconhecida já existia a antecipação de tutela, o reconhecimento liminar da improcedência do pedido é a contrapartida aplicável aos casos em que já se reconheceu, seguramente, a improcedência da pretensão autoral, evitando-se desgaste para o réu, que terá de passar por todo um trâmite processual, muitas vezes moroso e dispendioso, com conseqüências maléficas, além de contribuir-se para o assoberbamento dos juízos de primeiro grau, com ações em trâmite cuja sorte já estaria desde o início conhecida.

Desta maneira, com todas as vênias às vozes que se levantam em contrário, parece-nos que se trata de dispositivo tendente a melhorar a prestação jurisdicional. Todavia, há de se cuidar para a adequação dos dispositivos necessários para a correta aplicação do ditame processual, a fim de que o mesmo não se transforme em instrumento de negação de direito, em vez de servir de meio para a melhoria do sistema jurisdicional.

Para tanto, passa-se a apreciar os requisitos para a aplicação do dispositivo.

3 - REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DO ART. 285-A DO CPC

Para o indeferimento meritório da inicial exige a lei que a matéria controvertida seja UNICAMENTE de direito. Quanto a este primeiro ponto, existem processualistas que vêm interpretando estritamente o dispositivo, aduzindo que o mesmo somente encontra aplicabilidade quando os autos versarem sobre matéria exclusivamente jurídica. Temos, entretanto, que a melhor interpretação não deve ser esta, até porque em qualquer caso concreto levado à apreciação judicial existem fatos em questionamento, uma vez que os processos não versam sobre teses abstratas, mas sobre problemas reais e humanos.

O necessário é que o ponto nodal da questão jurídica, a incidência da norma sobre a questão, seja considerada como a ***ratio decidendi*** na situação, sendo certo que a controvérsia, assim, gira a respeito da matéria jurídica, e não sobre matéria fática.

Outro ponto necessário é que casos *idênticos* já tenham sido apreciados no juízo anteriormente, e julgados improcedentes. Com

razão afirma Humberto Theodoro Junior que a identidade é de casos, e não de causas, eis que do contrário estar-se-ia diante de litispendência, e não de lides repetitivas.⁷

Com justiça critica-se a expressão sentença de total improcedência lançada no texto legal, eis que a sentença ou é de improcedência, ou não. Não há sentença de improcedência parcial, uma vez que, neste caso, o julgamento é de procedência, pois parte da pretensão autoral terá sido atendida.

Assim, há de o julgador observar se a matéria lhe trazida naquela inicial é efetivamente *idêntica* a casos anteriores já julgados improcedentes naquele juízo. Observe-se que não há necessidade de se tratar de julgados do mesmo juiz, mas do órgão judiciário onde tramita a demanda.

Para o juízo de adequação, apreciando-se a identidade entre as questões, novamente o julgador terá de lançar mão de criterioso exame entre o caso concreto em apreciação e os casos-paradigma, anteriormente julgados; somente cabendo a aplicação do dispositivo em caso de perfeita similitude, sob pena de afronta ao princípio da isonomia e da própria segurança jurídica que o dispositivo também pretende alcançar.

Observe-se que se a parte entende que seu caso, apesar de similar, diferencia-se de casos anteriormente julgados, deverá, até por medida de cautela, expor na própria inicial os pontos de distinção, o que indica necessidade de também ser feito um juízo prévio de comparação com casos-paradigma eventualmente julgados no âmbito daquela circunscrição territorial.

Neste mesmo sentido é a lição de Humberto Theodoro Junior:

"é indispensável que a questão de direito suscitada na nova demanda seja exatamente a mesma enfrentada na sentença anterior. As causas identificam-se pelo pedido e pela causa de pedir. Se a tese de direito for a mesma, mas a pretensão é diferente, não se pode falar em 'casos idênticos' para os fins do

⁷ THEODORO JUNIOR, Humberto. *As novas reformas do Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 17

*art. 285-A. Da mesma forma, não ocorrerá dita identidade se, mesmo sendo idêntico o pedido, os quadros fáticos descritos nas duas causas se diferenciarem."*⁸

Encontrando identidade entre os casos, *poderá* o juiz proferir, desde logo, sentença de improcedência. Afirma a lei que deverá reproduzir o teor da sentença anteriormente prolatada. Doutrinadores vêm defendendo que deverá, então, simplesmente o julgador copiar a sentença anterior. Temos que não é este o espírito da lei. Um caso A tem de ser julgado por sentença para aquele caso A, e não através de sentença que foi proferida no caso B. Desta forma, o julgador tem de lavrar sentença para aquele caso em julgamento. A reprodução do julgado anterior deve estar inserida na fundamentação do julgado, a fim de se demonstrar que o caso concreto é idêntico aos casos-paradigma, sendo certo que alguns defendem a possibilidade do inteiro teor da sentença anterior, ou das sentenças anteriores, acompanharem, por cópia, o julgado atual. A necessidade, porém, é que o julgador *demonstre*, de forma clara, que o caso em comento é *idêntico* a casos anteriormente julgados improcedentes, para possibilitar a aplicação do julgamento liminar de improcedência.

4 - DISPENSA DE CITAÇÃO

Convencendo-se o julgador de que se enquadrar o caso nas disposições do art. 285-A do CPC, a sentença meritória é proferida sem prévia oitiva do réu.

Não há ofensa ao contraditório na questão, uma vez que se contraditório, através do binômio informação-participação, é garantir à parte o direito de expor seus argumentos, para influenciar a formação de convencimento do julgador, e se o réu, no fim das contas, obterá um julgamento que lhe é integralmente favorável, não se justifica a necessidade de citá-lo, pois a decisão lhe será necessariamente favorável.

⁸ THEODORO JUNIOR, Humberto. Ob. Cit., p. 16.

O argumento de que a hipótese é excepcional, pois gerará coisa julgada material, sendo, então, necessária a cientificação do réu, não resiste a um aprofundamento na questão.

É que não será este o único caso em que se formará coisa julgada material sem participação do réu.⁹

Por opção legislativa, no direito brasileiro prescrição e decadência são consideradas matérias meritórias, e seu reconhecimento levam à solução meritória da questão (art. 269, inciso IV do CPC).

Ora, desde que o CPC entrou em vigor, possibilita-se ao julgador o indeferimento da inicial, por reconhecimento de plano da prescrição e da decadência, cabendo lembrar que após a Lei 11.280/06, prescrição passou a ser matéria cognoscível de ofício pelo julgador.

Assim, de há muito que o juiz, ao reconhecer de plano, na cabeça da inicial, a existência de decadência ou prescrição, indeferia a inicial, sendo o feito encerrado, *com exame de mérito*, formando-se, assim, coisa julgada material, e em momento algum revoluções levantaram-se contra a não citação do réu na questão.

Mais uma vez podemos nos valer das lições de Theodoro Junior, quando afirma que:

*" Em tais espécies é perfeitamente possível limitar o julgamento à questão de direito, sem risco algum de prejuízo para o demandado, e sem indagar da veracidade ou não dos fatos afirmados pelo autor. Se a questão no plano de direito não lhe favorece, pode a pretensão ser denegada **prima facie**, sem prejuízo jurídico algum para o demandado, que ainda não foi citado."*¹⁰

Daí é que temos não ser necessária qualquer comunicação ao réu, mesmo após a sentença proferida, pois não haverá nenhum interesse recursal do réu, também não havendo qualquer imperativo jurídico em dar-se ciência ao réu, após o trânsito em julgado da sentença, uma vez que a esfera jurídica do demandado nenhuma alte-

⁹ Veja-se, a respeito, Theodoro Junior, ob. cit., p. 14.

¹⁰ THEODORO JUNIOR, Humberto, ob. cit., p. 16.

ração sofreu, e, em se tratando de casos repetitivos, o réu já teve ciência, prévia, nos outros feitos que foram julgados com sua participação, das razões de decidir do juízo em casos similares.

Todavia, considerando a previsão de comunicação ao réu do trânsito em julgado da sentença que reconhecia a prescrição ou a decadência - o que pode ser feito na "cabeça da inicial" - há previsão legislativa de comunicação oficial ao réu do julgado, o que deu ensejo ao entendimento esposado pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, consolidado no enunciado abaixo mencionado:

"AVISO TJ Nº 33, de 07/07/2006 (ESTADUAL)

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sergio Cavalieri Filho, o Diretor-Geral e os Diretores Adjuntos do Centro de Estudos e Debates - CEDES, Desembargadores Walter Felipe D'Agostino, Sylvio Capanema de Souza, Carlos Eduardo da Fonseca Passos e Ricardo Silva de Bustamante A V I S A M aos senhores Magistrados, Membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados e demais interessados, que foram aprovadas, por ocasião do Encontro de Desembargadores de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizado em Angra dos Reis nos dias 30 de junho, 01 e 02 de julho de 2006, as primeiras concepções acerca da Reforma Processual abaixo transcritas:

1- O réu será intimado, por via postal, da sentença proferida com base no art. 285-A, do Código de Processo Civil após o trânsito em julgado, em caso de não-interposição de recurso pelo autor, na forma do art. 219, § 6, do mesmo estatuto.

.....

5 - DO RECURSO DE APELAÇÃO

Proferida a sentença com fulcro no art. 285-A do CPC, poderá o autor da mesma apelar. Esta apelação foi regulamentada de maneira especial, em um misto da apelação tradicional com a prevista das sentenças dos demais casos de indeferimento da inicial, regulada pelo art. 296 do CPC.

§ 1º Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

Observe-se, então, que semelhantemente às demais hipóteses de indeferimento da inicial, esta apelação terá efeito misto ou iterativo, eis que possibilitado o juízo de retratação.

A apelação deve ser oposta no prazo de 15 dias, devidamente preparada, seguindo-se todos os preceitos atinentes à apelação tradicional.

Recebendo-a, fará o juiz, inicialmente, o juízo de admissibilidade da peça, podendo negar seguimento ao recurso, caso ausente um dos pressupostos de admissibilidade recursal, inclusive utilizando-se do dispositivo do art. 518, § 1º do CPC: não será recebida a apelação quando a sentença estiver lastreada em súmula do STJ ou do STF, aplicando, assim, a súmula impeditiva de recurso.

Feito o juízo de admissibilidade positivo, poderá o juiz reformar a sentença, caso em que a inicial será admitida, e seguirá o processo seu curso habitual. Mantida, porém, a sentença, não subirão os autos automaticamente ao Tribunal, como sói acontecer nas demais hipóteses de indeferimento da inicial, nos termos do art. 296 do CPC, exigindo a lei que seja o réu citado para responder ao recurso, retomando, então, a prática anterior à Lei 8.952/94.

§ 2º Caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.

O réu é citado, assim, para responder ao recurso. O prazo, por conseguinte, não é o correspondente ao prazo de defesa na ação em curso, mas sim o prazo para contra-razões, mesmo que diverso do prazo de contestação na ação em específico.

Apresentada a resposta do réu, subirão os autos a julgamento pelo Tribunal.

Já se iniciam as discussões a respeito da possibilidade de o Tribunal, apreciando o recurso, e estando a causa madura para julgamento, proferir julgamento meritório, inclusive de *procedência* do pedido.

Temos que, desde que tenha sido de tal o réu advertido no mandado de citação expedido, e que a causa apresente-se ao Tribunal efetivamente *madura* para julgamento, nada obstará que assim seja procedido, até por aplicação analógica do disposto no art. 515, § 3º do CPC.

É que entendendo o Tribunal que a causa não comportava aplicação do art. 285-A do CPC, por não ser idêntica aos casos anteriores e não estar em condições de imediato julgamento, com efeito deverá *anular* a sentença, determinando a baixa dos autos ao primeiro grau, para que a causa seja instruída e julgada.

Todavia, quando entender o Tribunal que a causa está pronta para receber julgamento meritório, e já havendo o réu colocado suas teses defensivas, seria um contra-senso baixar os autos ao juiz de primeiro grau para que nova sentença fosse proferida.

Isto porque não pode o Tribunal determinar a baixa dos autos ao julgador para que seja proferida sentença de procedência, pois tal quebraria o princípio da independência do julgador e de sua livre formação de convencimento. Desta forma, baixando os autos ao juiz de primeiro grau, agora com a manifestação do réu, certamente, já que a causa está madura para julgamento, somente resta ao juiz de primeiro grau proferir nova sentença. E de acordo com seu convencimento já manifestado, nova sentença de *improcedência* haverá de ser proferida, com nova apelação, para remessa ao Tribunal, que julgaria a apelação interposta. Não se argumente que o réu deva ser citado para apresentar contestação, ou que novo prazo deva-lhe ser aberto para contestação. Se a questão é de direito, as teses defensivas do réu devem ser expostas nas contra-razões de apelação, sendo esta a *ratio* da norma.

Não fosse este o intuito do legislador, teria seguido a praxe do art. 296 do CPC, quando os autos sobem ao Tribunal sem citação do réu, e, havendo cassação da sentença, baixando os autos a primeiro grau, aí sim, o réu será citado para contestação. Não vale aqui o argumento de que as hipóteses do art. 296 são diversas, por referirem-se a sentenças terminativas, eis que, conforme já ressaltado, o juiz pode indeferir uma petição inicial por reconhecimento de prescrição ou decadência, o que leva a uma apreciação meritória da questão.

Na hipótese do art. 285-A do CPC se o réu é citado para responder ao recurso, tal ato serve precisamente para que o réu apresente ao Judiciário seus argumentos, e não simplesmente para tomar ciência da causa.

Há de se lembrar, ainda, que a Câmara estará preventa. Assim, se determinar a baixa dos autos ao juízo de primeiro grau, por entender que não era caso de improcedência, mas sim de procedência, da nova sentença proferida (lembrando-se de que não pode o Tribunal determinar ao juiz de primeiro grau que julgue procedente o pedido do autor) caberá nova apelação, que tornará à mesma Câmara, a qual irá, depois deste círculo que o feito seguiu, proferir o julgamento que desde o início já estava preestabelecido.

Se o objetivo da reforma foi de efetivamente garantir a celeridade processual, e antes da norma do art. 285-A já havia se permitido ao Tribunal desde logo julgar o mérito, em se tratando de causa madura para julgamento, na hipótese do art. 515, § 3º do CPC, outro entendimento não resta correto que não a permissão ao Tribunal de, entendendo meritoriamente incorreta a conclusão do julgador, mas estando a causa madura para julgamento, prover a apelação, julgando procedente o pedido.

Não há afronta ao duplo grau de jurisdição. Argumentarão alguns que o réu não terá oportunidade para apelar deste julgado. Ora, em qualquer caso de reforma de sentença meritória, a parte que se viu vencida no Tribunal não poderá apelar do julgado proferido, que reverteu sua situação em julgamento de apelação.

De outro turno, não há, repita-se, ofensa ao contraditório ou à ampla defesa, uma vez que citado o réu para responder ao recurso, teve plena oportunidade para apresentar ao Tribunal todos os fundamentos de sua defesa.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos verificar, assim, que é positiva a inserção do art. 285-A na ordem processual nacional, constituindo poderoso instrumento para a consecução da celeridade processual, permitindo a rejeição de lides repetitivas, com dedução de pretensões já examinadas e rejeitadas pelo Judiciário liminarmente, contribuindo, assim, para que os feitos tenham fim dentro de um prazo razoável.

Não há inconstitucionalidade no referido artigo quanto à dispensa de citação antes da sentença, eis que a mesma será de improcedência, não havendo prejuízo jurídico para o réu, não sendo o único caso em que a inicial é indeferida meritoriamente, pois quando o julgador reconhece prescrição ou decadência indefere a inicial e encerra o feito com exame de mérito.

Havendo apelação, o réu será citado para apresentar contrarrazões ao recurso, oportunidade em que deverá apresentar todos os seus argumentos defensivos, uma vez que outro não seria o sentido da norma. Daí é que, inclusive por aplicação analógica do art. 515, § 3º do CPC, temos que é possível ao Tribunal prover o recurso, para o julgamento da procedência do pedido do autor, sem aquebrantar o contraditório e a ampla defesa, pois nesta hipótese o réu terá tido oportunidade para apresentar seus argumentos, participando democraticamente do feito.

Ressalte-se, ainda, que não há incompatibilidade da norma do art. 285-A do CPC com a norma do art. 518, § 1º do mesmo diploma legal, podendo o juiz negar seguimento à apelação da sentença que *in limine* julgou improcedente o pedido do autor, caso esteja a sentença lastreada em súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Finalmente, para manejar corretamente o novel dispositivo, haverão os operadores do direito de desenvolver técnicas de criteriosa comparação entre os feitos anteriormente ajuizados e julgados, e o feito em questão, para apurar-se a identidade de casos, verificando se a questão envolve verdadeiramente a mesma *fattispecie*, uma vez que a aplicação do art. 285-A do CPC somente pode ser feita quando há perfeita identidade de questões entre os casos paradigma e o caso colocado em apreciação. 